



RELATÓRIO E CONTAS

ANO – 2016

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: Centro Social Nossa Senhora da Esperança

1.2 – Sede: Rua da Casa do Povo, nº 11
Monte Carvalho
7300-430 Ribeira de Nisa

1.3 – Natureza da atividade:

O Centro Social Nossa Senhora da Esperança é uma Instituição Privada de Solidariedade Social e tem por objectivo o apoio social à terceira idade, através da prestação de serviços de apoio domiciliário, centro de dia e lar de idosos.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas no corrente ano de acordo com a norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo, publicada pelo Aviso nº 8259/2015, de 20 de 20 de Julho, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março e Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho, sendo os modelos das demonstrações financeiras aprovados pela Portaria nº 220/2015, de 24 de Julho.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições da NCRF-ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com a Portaria nº 105/2011 de 14 de Março.

3 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As bases de mensuração usadas no decorrer de 2016 são as constantes na NCRF-ESNL

3.2 – Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são reconhecidos no fundo patrimonial e vão sendo creditados na conta 7883, em quotas constantes, durante o período de vida útil estimado para os ativos com os quais se relacionam.

3.3 – Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos, são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

3.4 – Outras políticas contabilísticas

Não foram aplicadas outras políticas contabilísticas

3.5 – Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com a NCRF-ESNL.

4 – RÉDITO

O rédito é mensurado pelo valor da contraprestação recebida ou a receber e é reconhecido quando as seguintes condições sejam satisfeitas:

- a quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- seja provável que os benefícios económicos presentes e futuros associados à transação fluam para a entidade.



5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o ano de 2016 os investimentos efetuados respeitam à aquisição de equipamento que ao longo do ano se foi revelando necessário, sendo registado pelo valor constante nas faturas emitidas pelos fornecedores. Todos os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das respetivas depreciações acumuladas.

O equipamento adquirido a partir de 2013 foi depreciado pelo método das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro. Para o restante equipamento o método utilizado também foi o das quotas constantes e as taxas utilizadas foram as que constam do Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de Março, como a seguir se indica:

Edifícios e outras construções	2,00%
Equipamento básico	16,66%
Equipamento administrativo	16,66%
Outros ativos fixos tangíveis	16,66%

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

<u>ATIVO BRUTO</u>	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências e abates	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	4.987,98	-	-	4.987,98
Edifícios e outras construções	1.252.242,37	-	-	1.252.242,37
Equipamento básico	132.603,41	4.109,54		136.712,95
Equipamento de transporte	35.156,57	57.078,25	-	92.234,82
Equipamento administrativo	13.574,27	1.191,77	-	14.766,04
Outros ativos fixos tangíveis	3.287,19	4.314,84	-	7.602,03
Total	1.441.851,79	66.694,40	-	1.508.546,19



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

INSITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

<u>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</u>	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Transferências e abates	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	-	-	0,00
Edifícios e outras construções	54.279,61	25.044,85	-	79.324,46
Equipamento básico	60.750,01	14.802,46	-	75.552,47
Equipamento de transporte	35.156,57	-	-	35.156,57
Equipamento administrativo	6.292,16	2.884,08	-	9.176,24
Outros ativos fixos tangíveis	2.494,31	227,12	-	2.721,43
Total	158.972,66	42.958,51	-	201.931,17

Observação: Não se registam depreciações relativas ao equipamento de transporte, uma vez que as viaturas adquiridas, para transporte de utentes e para apoio domiciliário, tiveram de ser adaptadas às respetivas finalidades e só entram em funcionamento em Janeiro de 2017.

6 – ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o ano de 2016 não foi efetuado qualquer investimento nesta rubrica, sendo o existente respeitante a “*Programas de computador*”, adquirido em data anterior a 2012, registando-se ao custo de aquisição, deduzido das respetivas depreciações acumuladas.

O método de depreciação foi o das quotas constantes e a taxa utilizada foi de 33,33%, de acordo com o Decreto-Lei nº 78/89, de 3 de Março. Todas as aquisições a efetuar a partir de 2012 serão depreciadas de acordo com o Decreto Regulamentar nº 25/2009 de 14 de Setembro.

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nos activos intangíveis e nas respetivas depreciações acumuladas foi o seguinte:

<u>ATIVO BRUTO</u>	Saldo Inicial	Aquisições	Transferências e abates	Saldo final
Programas de computador	3.726,93	-	-	3.726,93

<u>DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS</u>	Saldo Inicial	Depreciações do exercício	Transferências e abates	Saldo final
--------------------------------	------------------	------------------------------	----------------------------	----------------



Programas de computador	3.726,93	-	-	3.726,93
-------------------------	----------	---	---	----------

7 – INVESTIMENTOS FINANEIROS

O valor de 1.359,09 € inscrito refere-se ao encargo com o Fundo de Compensação do Trabalho, instituído pela Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de Setembro, com o seguinte desdobramento:

Saldo Inicial	Entregas	Reembolsos	Saldo final
663,48	695,61	-	1.359,09

8 – INVENTÁRIOS E CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nesta instituição apenas se consideram nos inventários os valores referentes à aquisição de géneros alimentares para confeção das refeições dos utentes. Deste modo, a quantia de 441,73 € escriturada no Balanço representa o valor dos últimos géneros adquiridos que ainda não foram confeccionados, sendo a mensuração adotada a do preço de aquisição dos respetivos produtos.

O CUSTO DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS APRESENTA-SE COMO A SEGUIR SE DEMONSTRA:

Inventários no início do período	856,20
Compras	52.900,24
Reclassificação e regularização de inventários	724,50
Inventários no fim do período	441,73
Custo das matérias consumidas	54.039,21

9 – CLIENTES / UTENTES

O valor de 7.531,55 € refere-se ao débito de alguns utentes, relativo a mensalidades de Dezembro, bem como de outras despesas efetuadas por sua conta (medicamentos, transportes de ambulância, taxas moderadoras, cabeleireira, etc.).



10 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O valor de 3.190,16 € respeita ao débito da Autoridade Tributária e Aduaneira, relativo aos reembolsos de 50% do IVA incluído nas faturas emitidas pelos fornecedores de equipamento, géneros alimentares e outros bens e serviços.

11 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O montante de 2.232,85 € resulta do seguinte:

- 465,00 → débito de ISS, IP - Centro Distrital de Portalegre, relativo ao programa de emergência alimentar (cantinas sociais) do mês de Dezembro.
- 1.767,85 → débito do Centro de Saúde de Portalegre, relativo à comparticipação de 50% nos gastos de eletricidade e água no corrente ano.

12 – DIFERIMENTOS ATIVOS

A quantia de 491,93 € respeita ao pagamento de seguros em 2016, cujos gastos só serão reconhecidos em 2017:

Viaturas	216,83 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	275,10 €
Total	491,93 €

13 – CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

São os seguintes os meios financeiros líquidos constantes no Balanço:

Numerário	1.119,41 €
DEPÓSITOS BANCÁRIOS	
Depósitos à ordem	16.048,02 €
Caixa Geral de Depósitos	5.728,81 €
Montepio Geral	10.319,21 €
Outros depósitos bancários	
Montepio Geral	147.000,00 €
Soma dos meios financeiros	164.167,43 €



14 – FUNDOS PATRIMONIAIS

O montante expresso no Balanço em “*Outras variações dos fundos patrimoniais*” resulta exclusivamente de subsídios de Piddac, Fundo do Socorro Social, Eventual e Euromilhões, recebidos através da Segurança Social, e um subsídio concedido por FEDER (Inalentejo) através da Operação nº Alent-09-0356-FEDER-002013 (contrato assinado em 29 de Maio de 2013), todos destinados à construção do edifício do Lar de Idosos, bem como de outro subsídio concedido por FEDER (Inalentejo), para aquisição de equipamento, através da Operação nº ALENT-09-0356-FEDER-001664. (contrato assinado em 13 de Setembro de 2012), e ainda um subsídio concedido por PRODER, (Instituto de Financiamento à Agricultura e Pescas), para aquisição de equipamento, através da Operação nº 020000908487 – subprograma *dinamização das zonas rurais* (contrato assinado em 22 de Julho de 2014).

Estes subsídios encontram-se discriminados no “*Mapa de controlo dos subsídios para investimento*”, pelo que apenas se procede ao detalhe da rubrica “*Fundos patrimoniais*” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2016:

Período de 2015 e 2016

(EUROS)

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	50.000,00	31.762,14	908.693,81	89.325,23	1.079.781,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do período		0,00	89.325,23	0,00	-89.325,23	0,00
Subsídios ao investimento atribuídos		0,00	0,00	9.542,22	0,00	9.542,22
Correções relativas a exercícios anteriores		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos		0,00	0,00	-26.910,66	0,00	-26.910,66
	2	0,00	89.325,23	-17.368,44	89.325,23	-17.368,44
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				77.608,51	77.608,51
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	4=1+2+3	50.000,00	121.087,37	891.325,37	77.608,51	1.140.021,25

(EUROS)



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

INSITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

DESCRIÇÃO		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	50.000,00	121.087,37	891.325,37	77.608,51	1.140.021,25
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção do novo referencial contabilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do período		0,00	77.608,51	0,00	-77.608,51	0,00
Subsídios ao investimento atribuídos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Correções relativas a exercícios anteriores		0,00	-437,51	0,00	0,00	-437,51
Imputação de subsídios para investimentos		0,00	0,00	-26.910,66	0,00	-26.910,66
	2	0,00	77.171,00	-26.910,66	77.608,51	-27.348,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				21.253,54	21.253,54
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	4=1+2+3	50.000,00	198.258,37	864.414,71	21.253,54	1.133.926,62

Observação: O valor de -437,51 inscrito em “Correções relativas a exercícios anteriores”, na coluna “Resultados Transitados”, respeita à devolução ao IEPF de quantias já recebidas em anos anteriores a título de adiantamento, referentes a dois trabalhadores que optaram por sair muito antes de terminarem os respetivos contratos.

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Trata-se de um empréstimo bancário de 250.000,00 €, a médio e longo prazo (10 anos), obtido no Montepio Geral, instituição bancária onde obtivemos melhores condições, que se destinou a fazer face às despesas finais de construção do edifício do lar de idosos.

16 – FORNECEDORES

O detalhe da rubrica “Fornecedores” é como segue:

EDP, S.A.	2.895,96 €
G L S – Combustíveis, Lda.	1.682,64 €
Fernando Manuel M. Pinto	684,76 €
Farinhas & Gueifão	1.481,65 €
Toipor, Lda.	930,90 €
Ramos & Pereira	89,25 €



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

INSITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

Albigel, Lda.	1.455,49 €
Alberto Jorge P. C. Bagorro	4.549,07 €
Maria Dias, Lda.	836,33 €
Serragel	1.919,90 €
Horti-Sul – Unipessoal	453,40 €
Beira Sumos, Lda.	539,68 €
Joproductos	776,78 €
PT Empresas	217,95 €
Mendes Torrado & Carvalho, Lda.	309,63 €
Tabela Indispensável	810,25 €
Alegregás, Lda.	44,50 €
Advérbios e Provérbios, Unipessoal, Lda.	79,95 €
Cerpros, Lda.	67,50 €
J. Bagina, Lda.	223,52 €
Soma	20.049,11 €

Estes fornecedores efetuam fornecimentos de natureza corrente, a maioria de géneros alimentares, sendo estes valores normalmente regularizados no mês seguinte.

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Refere-se à retenção na fonte efetuada às trabalhadoras nos vencimentos de Dezembro de 2016 e respetivo encargo patronal para a Segurança Social, como a seguir se detalha:

Retenção impostos s/ rendimento s/ trab dependente	339,00 €
Retenção impostos s/ rendimento s/ trab independente	43,60 €
Retenção de descontos para a Segurança Social	2.727,72 €
Encargo p/ Segurança Social da entidade empregadora	5.544,99 €
Contribuição p/ Fundo Compensação Trabalho	48,91 €
Contribuição p/ Fundo Garantia Compensação Trabalho	3,95 €
Soma	8.708,17 €



18 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor inscrito tem o seguinte detalhe:

Portenergia, Lda.	6.953,16 €
Lubripor, Lda.	57.078,25 €
G L S – Combustíveis, Lda.	4.548,54 €
Previsão encargos com férias de 2016 a pagar em 2017	15.191,50 €
Previsão encargos com subs. Férias de 2016 a pagar em 2017	15.191,50 €
Previsão dos respetivos encargos para Seg Social (22,3%)	6.775,41 €
Encargos com água de Dezembro de 2016	322,41 €
Câmara dos Solicitadores	172,00 €
Centro Cultural e Desportivo Desportalegre	50,00 €
UDIPSS Portalegre	130,00 €
Soma	106.412,77 €

Os três primeiros são fornecedores de imobilizado. A Câmara dos Solicitadores refere-se a desconto por via judicial, efetuado em Dezembro a uma funcionária. O CCD Desportalegre tem a ver com a sua participação nas atividades com os idosos durante o mês de Dezembro. Quanto à UDIPSS Portalegre resulta do débito da quotização de 2016 que só será pago em 2017.

19 – PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O valor dos serviços prestados detalha-se do seguinte modo:

Mensalidade dos utentes	276.982,21 €
Quotizações de associados	1.036,44 €
Outros serviços prestados utentes (a)	442,58 €
Soma	278.461,23 €

(a) Refere-se ao transporte esporádico de alguns utentes a consultas realizadas em Elvas e em Évora.

20 – SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Os subsídios incluídos na demonstração de resultados são desagregados como a seguir se indica:

Instituto da Segurança Social, I.P.	165.689,81 €
Instituto do Emprego e Formação Profissional	8.940,85 €
Donativos em numerário	1.942,24 €
Donativos em espécie	832,45 €
Soma	177.405,35 €



21 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica detalha-se como a seguir se indica:

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Trabalhos especializados (instalação página internet, inspeção instalação de gás, serviço controlo de pragas, implementação metodologia HACCP e segurança e higiene no trabalho)	1.685,60 €
Publicidade e propaganda	79,95 €
Conservação e reparação	11.660,01 €
Outros (serviços bancários)	164,50 €
Outros (registo dados biométricos das trabalhadoras na Com Nac Proteção Dados)	150,00 €

MATERIAIS

Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.642,67 €
Material de escritório	1.335,57 €
Artigos para oferta	142,00 €

ENERGIA E FLUIDOS

Eletricidade	7.893,82 €
Combustíveis	16.331,74 €
Água	1.859,26 €

DESLOCAÇÕES E ESTADAS

Pessoal	17,30 €
---------	---------

SERVIÇOS DIVERSOS

Comunicação	1.943,51 €
Seguros	563,47 €
Contencioso e notariado	781,96 €
Despesas de representação	345,41 €
Limpeza, higiene e conforto	18.073,56 €

OUTROS SERVIÇOS

Jornais e revistas	60,00 €
Encargos de saúde com utentes	1.453,89 €
Atividades lúdicas	1.726,75 €
Outros (palmas flores p/ funerais utentes, animações musicais em festas, etc.)	124,25 €

Soma 69.035,22 €

22 – GASTOS COM PESSOAL

É o seguinte o detalhe desta rubrica:

Remunerações certas de pessoal efetivo	146.600,54 €
Remunerações certas de pessoal contratado a prazo	56.515,00 €
Remunerações certas de pessoal colocado pelo I.E.F.P.	9.763,80 €
Remunerações adicionais (trabalho extraordinário)	8,28 €
Remunerações adicionais (subsídio de turno)	10.582,93 €
Encargos sobre remunerações (Segurança Social e FGCT)	49.073,12 €



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

INSITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

Seguros acidentes de trabalho e doenças prof.	1.563,41 €
Formação profissional	40,00 €
Outros gastos com o pessoal (vestuário e calçado + medicina trab.)	2.216,96 €
Soma	276.364,04 €

23 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O montante inscrito nesta rubrica desdobra-se como a seguir se indica:

Descontos obtidos (em aquis medicamentos)	185,80 €
Imputação de subsídios para investimentos	26.910,66 €
Juros obtidos de depósitos	32,82 €
Soma	27.129,28 €

24 – OUTROS GASTOS E PERDAS

Esta rubrica detalha-se da seguinte forma:

Correções relativas a períodos anteriores	918,72 €
Donativos (Rancho Folclórico da Boavista – festa de Natal)	150,00 €
Quotizações (União Distrital IPSS de Portalegre)	130,00 €
Encargos c/ projeto medida emprego-inserção	2.747,44 €
Multas n/ fiscais (entrega fora de prazo folha remun Seg Soc)	75,00 €
Juros de mora (pag de dif de contribuições fora e prazo]	26,71 €
Soma	4.047,87 €

NOTA 25 – JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

O montante inscrito resulta do pagamento de juros e outras gastos, na sequência do pedido de empréstimo bancário efetuado ao Banco Montepio Geral, que se concretizou em Março de 2015, e que a seguir se desdobra:

Juros de financiamento	14.327,24 €
Comissões	250,00 €
Seguros	720,23 €
Soma	15.297,47 €



26 – FLUXOS DE CAIXA

Estes fluxos tiveram expressão nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento, assim desagregadas:

26.1 RECEBIMENTO DE CLIENTES E UTENTES

Refere-se ao valor efetivamente recebido dos utentes relativo às mensalidades pela frequência no Lar de Idosos, no Centro de Dia e aos serviços de Apoio Domiciliário.

26.2 PAGAMENTOS A FORNECEDORES

Refere-se aos pagamentos efetuados aos fornecedores durante o ano de 2016.

26.3 PAGAMENTOS AO PESSOAL

Montante líquido pago ao pessoal, relativo a vencimentos, diuturnidades, subsídios de férias e de Natal e subsídios de turno.

26.4 OUTROS RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS

Refere-se aos recebimentos de

Reembolso de IVA por parte do Serviço de Administração do IVA	2.023,93 €
IEFP – Projetos medida estímulo emprego	4.779,11 €
IEFP – Programa contrato emprego inserção e inserção +	2.922,11 €
IEFP – Programa estágio emprego	2.497,51 €
Centro de Saúde – Reembolso 50% eletricidade	10.598,49 €
Centro de Saúde – Reembolso 50% água	2.360,94 €
Estorno de seguros de acidentes de trabalho	11,30 €
Quotizações de associados	1.036,44 €
Outros serviços prestados a utentes – transportes a consultas	442,58 €
Subsídios da Segurança Social referentes a acordos cooperação	160.549,81 €
Subsídios da Segurança Social referentes a cantinas sociais	5.140,00 €
Donativos em numerário	1.905,28 €
Descontos obtidos (em aquisição de medicamentos)	185,80 €
Juros obtidos – de depósitos bancários	32,82 €
Utentes – reembolso de fraldas	6.810,90 €
Utentes - reembolso de material de enfermagem	116,00 €
Utentes – reembolso de medicamentos e de outras despesas	15.533,68 €
Retenção na fonte – s/ rendimentos de trabalho dependente	11.681,00 €
Retenção na fonte – s/ rendimentos de trabalho independente	300,11 €
Retenção às funcionárias de contribuições p/ Segurança Social	23.950,06 €
Retenção a funcionária de desconto por via judicial	2.991,50 €
Soma	255.869,37 €

e aos pagamentos de

Serviços bancários (comissões por transferências bancárias-CGD)	164,50 €
---	----------



CENTRO SOCIAL NOSSA SENHORA DA ESPERANÇA

INSITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

Outros serv. especializados (Comissão Nacional Proteção Dados)	150,00 €
Contencioso e notariado (certidões e reconhecimento de assinaturas)	781,96 €
Atividades lúdicas	1.676,75 €
Correções relativas a períodos anteriores	485,29 €
Donativo (Rancho Folclórico Boavista – atuação festa Natal)	150,00 €
Pagamento n/ encargos – projetos med emp inserção e inserção +	2.747,44 €
Multas não fiscais (Segurança Social)	75,00 €
Juros de mora (Segurança Social)	26,71 €
Pagamento por conta de utentes de medicamentos e out desp	16.293,03 €
Pagamento retenção na fonte s/ rendim trabalho dependente	11.766,00 €
Pagamento retenção na fonte s/ rendim trabalho independente	256,51 €
Pagamento à Seg Social das contrib da entidade empregadora	47.412,94 €
Pagamento à Seg Social da retenção efetuada às funcionárias	23.763,19 €
Pagamento do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho	57,60 €
Pagamento do desconto por via judicial efetuado a funcionárias	2.919,12 €
Soma	108.726,04 €

26.5 PAGAMENTOS RESPEITANTES A ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Refere-se aos pagamentos efetuados no corrente ano, de faturas referentes a aquisição de equipamento.

26.6 PAGAMENTOS RESPEITANTES A INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Refere-se ao pagamento, durante o ano de 2016, do Fundo de Compensação do Trabalho, conforme determina a Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto, regulamentada pela Portaria nº 294-A/2013, de 30 de Setembro.

26.7 RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Refere-se aos recebimentos da parte final dos subsídios concedidos para aquisição de equipamento e de construção do edifício do Lar:

Operação ALENT-09-0356-FEDER-001664 (aquis equip)	1.642,26 €
Operação ALENT-09-0356-FEDER-002013 (const. edif. Lar)	12.500,00 €
Soma	14.142,26 €

26.8 PAGAMENTOS RESPEITANTES A FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Refere-se ao reembolso efetuado durante o ano de 2016, do empréstimo obtido no Banco Montepio Geral.



27 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

27.1 Ao longo do ano o número médio de trabalhadoras foi de 24 (vinte e quatro), assim distribuídas:

Pessoal do quadro

- 1 diretora
- 1 encarregada geral
- 1 escriturária de 3^a
- 2 ajudante de ação direta de 1^a
- 1 ajudante de ação direta de 2^a
- 6 ajudante de ação direta de 3^a
- 1 cozinheira de 3^a
- 2 ajudante de cozinheira
- 1 lavadeira

Das seis ajudantes de ação direta de 3^a, cinco estão afetas à valência “lar”. Todo o restante pessoal é comum às valências “lar”, “centro de dia” e “apoio domiciliário”.

Pessoal contratado a prazo

- 1 enfermeira
- 1 ajudante de cozinheira
- 5 auxiliares de serviços gerais

Parte deste pessoal esteve alguns meses colocado através de projetos do IEPF, estando a ajudante de cozinheira afeta à valência “lar” e sendo as restantes comuns a todas as valências.

Pessoal colocado através de projetos do IEPF

- 1 estagiária (programa estágio emprego - adstrita a todas as valências)

27.2 Os órgãos diretivos são compostos por

- Assembleia geral (3 elementos)
- Direção (5 elementos)
- Conselho fiscal (3 elementos)

e não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.